



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - DEC**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM**  
**EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**LEILA FÉLIX DE SOUZA MOURA**

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS INSERIDAS NO CONTEXTO DE**  
**POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS EDUCACIONAIS A**  
**SEREM ALCANÇADOS**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2019**

LEILA FÉLIX DE SOUZA MOURA

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS INSERIDAS NO CONTEXTO DE  
POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS EDUCACIONAIS A  
SEREM ALCANÇADOS**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação,(CE), campus I da Universidade Federal da Paraíba.

JOÃO PESSOA/PB

2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M929p Moura, Leila Felix de Souza.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS INSERIDAS NO  
CONTEXTO DE POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS  
EDUCACIONAIS A SEREM ALCANÇADOS / Leila Felix de Souza  
Moura. - João Pessoa, 2019.

41 f.

Orientação: Fábio do Nascimento Fonsêca.  
Monografia (Graduação) - UFPB/EDUCAÇÃO.

1. educação, campo, universalização, pobreza. I.  
Fonsêca, Fábio do Nascimento. II. Título.

UFPB/BC

LEILA FELIX DE SOUZA MOURA

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS ESCOLAS INSERIDAS NO CONTEXTO DE  
POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS EDUCACIONAIS A  
SEREM ALCANÇADOS**

Aprovada em: 13/05/19

BANCA EXAMINADORA:

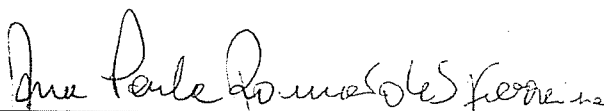


---

Prof. Dr. Fábio do Nascimento Fonsêca  
(Orientador/UFPB)

---

Prof. Ms. Luciano de Sousa Silva  
(Examinador/UFPB)



---

Prof.ª Dr.ª Ana Paula Romão Ferreira  
(Examinadora/UFPB)

JOÃO PESSOA

2019

*Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende  
o que ensina.*

*Cora coralina*

## DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Maria Lourdes (em memória) maior incentivadora dos meus estudos, guerreira, amiga, mãe dedicada que infelizmente já não está entre nós para poder participar de mais uma conquista em minha vida. Mainha quantas saudades.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, pelo dom da vida, e por ter me concedido saúde, força e coragem para enfrentar as diversidades e chegar até aqui.

Ao meu esposo Diógenes pela força, dedicação e paciência, companheiro de todas as horas e aos meus filhos Douglas e Maria por serem a maior dádiva e fonte de inspiração para meus sonhos, a eles três todo meu amor.

Aos meus avós Pedro José (em memória) e Antonieta (em memória), que cuidaram de mim, participaram da construção de meu caráter e de minha educação ... Pai e Mãe.

A minhas irmãs Valdenice (Nice) e Liliane (Lili), que em todos os momentos me ajudaram para a realização desse sonho.

Aos meus parentes mais próximos meu sogro Dorgival , minha sogra Maurenice, meus cunhados Dorgival Filho, Thays, Millady e Márcio, que direta ou indiretamente participaram dessa conquista.

Gratidão ao orientador Prof. Drº Fábio do Nascimento Fonsêca pela dedicação, paciência pela atenção, não só como orientador, mas como professor preparado e determinado, que sempre me ajudou com muita serenidade.

A banca examinadora Profª Drª Ana Paula Romão Ferreira e Prof. Ms. Luciano de Sousa Silva.

A todos os professores do curso de pedagogia com habilitação em educação do campo que transferiram e transformaram conhecimentos ao longo desta graduação.

Aos colegas de turma que fizeram companhia nesta grande jornada em especial a Jacylli Cassimiro, Francinilda, Cláudia Emanuela ,Micheline Sheyla, Luciana Naziazene e Antônio Laurentino .

Aos amigos que se fizeram presentes, que não são poucos, mais que seria injusto citar e esquecer de alguns, nos bons e maus momentos deste TCC.

As companheiras de trabalho Maria Auxiliadora e Aline Queiroz pelo incentivo e força.

A todos que fazem parte da escola Eulina Xavier por me receberem com muito carinho e atenção.

## **RESUMO**

O direito a educação é atravessado pelo debate sobre a desigualdade social. No Brasil, as políticas públicas afirmam a educação como solução para a essa problemática. Todavia, o país destina aos cidadãos pobres, escolas com infraestrutura precária e docentes desvalorizados, além de currículos que não dialogam com o contexto de vida dos alunos inseridos nas escolas, em especial as do campo. Evidenciando que o sentido dessa universalização é restrito. Torna -se necessário o estudo das transformações da comunidade escolar através dos trabalhos sociais e suas implicações na vida das crianças. O que esperar do profissional da educação diante das diversidades .O objetivo deste estudo é contextualizar a pobreza e a educação em uma escola municipal de ensino fundamental situada no distrito de Forte Velho na cidade de Santa Rita-PB, sendo a metodologia empregada uma combinação de instrumentos qualitativos e quantitativos

**PALAVRAS-CHAVE:** educação, campo, universalização, pobreza.



## **ABSTRACT**

The right to education is crossed by the debate on social inequality. In Brazil, public policies affirm education as a solution to this problem. However, the country targets poor citizens, schools with precarious infrastructure and devalued teachers, as well as curricula that do not dialogue with the context of the students' lives in the schools, in particular those in the countryside. Evidencing that the meaning of this universalization is restricted. It is necessary to study the transformations of the school community through social work and its implications on children's lives. What to expect from the education professional in the face of diversity. The purpose of this study is to contextualize poverty and education in a municipal school of primary education located in the district of Forte Velho in the city of Santa Rita-PB, and the methodology used is a combination of qualitative and quantitative instruments.

**KEY WORDS:** education, field, universalization, poverty.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2. EDUCAÇÃO X POBREZA.....</b>	<b>14</b>
<b>3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DE POBREZA.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 Pobreza.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2 – Educação, currículo e pobreza.....</b>	<b>19</b>
<b>4- ESCOLA, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>22</b>
<b>5-Analise e Coleta de Dados.....</b>	<b>25</b>
<b>5.1. O universo da pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>5.2. A discussão dos dados.....</b>	<b>29</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Os embates e entraves acerca da pobreza, desigualdade social e educação no contexto social, nos levam a uma reflexão sobre cada conceito, porque todos se interligam com o direito a educação. Quando pensamos em educação e na universalização remetemos ao contexto de que esta seja o direito de todos. Porém esse direito tem sido subordinado à condição social do indivíduo e da sociedade que o mesmo está inserido. A educação em si tem uma grande importância para a formação e funcionalidade da sociedade Durkheim (2011, p.48) afirma que a educação, a cada momento histórico, impõe-se aos indivíduos “com uma força, geralmente irresistível. Não adianta crer que podemos educar nossos filhos como quisermos. Há costumes aos quais somos obrigados a nos conformar; se os transgredirmos demais, eles acabam se vingando dos nossos filhos”.

De fato, a educação pode ser sim um agente de mudança. Mas, para que essas mudanças aconteçam, temos que estudar o contexto da pobreza que esses indivíduos estão inseridos, a condição de vulnerabilidade e políticas públicas que garante acesso e permanências desses indivíduos no espaço escolar. Segundo Yannoulas:

Existe um debate quase permanente sobre o poder da educação para resolver os problemas da desigualdade social. Ora se espera tudo da educação, ora se coloca a educação como a fonte da eterna reprodução da mesma sociedade desigual. A educação formal pública é uma das demandas das sociedades modernas. No Brasil, a luta por uma educação pública de qualidade para todos é pleiteada por movimentos sociais e entendida como elemento fundamental de uma sociedade democrática e republicana. Contudo, o debate sobre a universalização da educação deve estar acompanhado de uma reflexão sobre o papel que o sistema educacional assume na realização de políticas sociais focalizadas, como a política de assistência social. (YANNOULAS, 2013, p. 17)

A pobreza tem ganhado espaço nas políticas públicas educacionais no Brasil. A construção de um sistema universal de educação no nível da educação básica por parte do Estado representou e representa uma ação em direção à educação da população pobre. Essas políticas levam-nos a seguinte indagação: Políticas Educacionais para todos? Ou para todos os pobres?

Relacionar educação e pobreza é levantar dois pontos que se contrapõem ao real sentido educacional. Um deles é colocar a educação como a grande salvadora

do contexto de pobreza e o outro ponto como alegação de que o mínimo de escolaridade garante alguns efêmeros direitos. A relação educação e pobreza configura-se como mediação entre as políticas de assistência social e educação, espaço no qual as concepções de pobreza e cidadania definem padrões mínimos de direitos ao acesso à educação no âmbito de um espectro de necessidades que demandam provimento (YANNOULAS, 2013).

O Brasil nos últimos anos traz, como “alívio” da pobreza, um conjunto de medidas destinadas por um recorte dos limites e levantamentos pautados por indicadores que visam quantificar a pobreza. A partir desses dados, vem-se criando programas de assistência, visando a permanência desses alunos em escolas, com a utopia de erradicação da pobreza como exemplo o programa Bolsa Família que impõe aos responsáveis legais pela criança em faixa etária escolar a assiduidade como requisito para o pagamento da bolsa.

Este programa, que foi lançado em 2003 e permanece em vigência, tem como público beneficiário as famílias consideradas economicamente pobres ou extremamente pobres e vincula a transferência direta do auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades ligadas às políticas públicas de saúde e educação (ROCHA, 2008, p.19).

Talvez seja essa uma das contradições da universalização da educação. A delimitação daqueles que são mais pobres e carecem da intervenção do Estado restringe a perspectiva da noção universalizante de acesso a direitos para a perspectiva de uma regulação voltada para o cidadão pobre (MOTA, 2001).

Uma universalização sem qualidade de acesso, é ainda mais agravante sem a garantia de permanência. Garantir que os alunos caracterizados no contexto de pobreza estejam inseridos na educação básica, está muito distante da realidade que rege a educação nas esferas públicas, pagar para que o aluno estude sem a mínima estrutura física dentro dos espaço escolar é maquiar o problemas. A educação pública no Brasil é marcada pelo descaso tanto de infraestrutura como de condições aos docentes de regerem suas aulas. Desse modo,

Convém ressaltar que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade,

sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida. (PINZANI; REGO, 2016, p.25)

O importante é analisar também o currículo estabelecido para a educação que não leva em conta as diversidades sociais. Um currículo engessado e tradicional que busca uma excelência baseada nas práticas educacionais historicamente constituídas pelas classes mais altas, e que se torna ineficiente para o contexto educacional de uma classe menos favorecida. O currículo é extremamente importante como estratégia de aproximação com a realidade dos alunos, nesse sentido a escola pública requer mudanças tanto no currículo quanto na avaliação com práticas que valorizem uma construção de conhecimento mais abrangente, considerando outros saberes e as múltiplas aprendizagens (CF. PARO, 2007).

A educação deve compreender a qualidade do processo ensino e aprendizagem, além de fatores ligados a cultura e habilidades que o ser humano deve desenvolver no âmbito escolar e fora deste para que possa concorrer com maior igualdade às escassas vagas no mercado de trabalho vigente, haja vista que devem ser consideradas as complexidades do sistema capitalista e seus reflexos na sociedade. As condições físicas e materiais das instituições de ensino públicas as quais esses alunos estão inseridos apresentam uma outra problemáticas a da precariedade da escola pública, a escassez de materias, a falta de professores capacitados, a falta de assistência familiar, a escassez de merenda são alguns pontos que serão levantados nesse trabalho.

É com base nesses pressupostos que buscamos, neste trabalho, relacionar a pobreza e a educação, fazendo uma ponte entre as mesmas, analisando a realidade desses campos e enfatizando a vulnerabilidade contida nas classes menos favorecidas. Mas especificamente, buscaremos realizar esta análise, tendo como objeto de estudo a realidade dos alunos inseridos na escola Municipal de Ensino Fundamental Eulina Xavier, no município de Santa Rita-PB, onde serão observados todos os pontos acima levantados, por meio da aplicação de questionários, visando um contraponto dos que estão de dentro dessa unidade de ensino como também os que estão por outro ângulo afim de levantar questionamentos, que visem não estereotipar a realidade , mas mostrar a verdadeira realidade que esses alunos estão inseridos, sofrendo a influência do estado, da família, da escola e da sociedade.

A proposta dessa pesquisa é de investigar a percepção dos professores da Municipal de Ensino Fundamental Eulina Sales acerca do papel da educação escolar na sociedade e da relação entre currículo e pobreza, bem como debater o papel da Escola e da Educação em nossa sociedade e entender a relação entre Pobreza e Currículo e seus impactos na Educação Escolar. Toda a pesquisa será fundamentada em abordagens dos principais teóricos que discutem a pobreza, educação e contexto de vulnerabilidade.

Para a realização da presente pesquisa, levando em consideração a problematização e toda a argumentação e inquietações propostas, optamos por fazer uma pesquisa com abordagem que mescla os métodos qualitativos e quantitativos por compreender que ambas se complementam e permitem atingir os objetivos propostos. Utilizaremos-nos do método qualitativo, pois segundo Novena (2008) esse método apresenta “caminhos para uma prática de pesquisa mais próxima da vida cotidiana dos atores sociais, mais próxima de sua experiência e do campo social de seu agir”, bem como permite “a explicitação da complexidade e das contradições dos fenômenos sociais e da imprevisibilidade e originalidade criadora das relações interpessoais e sociais” (p. 167).

Já o método quantitativo mede as dimensões de interesse usando, em algum momento do processo, números, com o objetivo de melhorar a qualidade dessa mensuração e ampliar as possibilidades analíticas, que será visivelmente transcrito no questionário dados aos docentes e corpo técnico da escola.

## 2. EDUCAÇÃO X POBREZA

Quando confrontamos a educação e a pobreza, levamos nosso pensamento para o que seja essas duas situações e como as mesmas estão diretamente ligadas. Podemos conceituar a pobreza, segundo o Dicionário Aurélio (2001) como sendo “1. Estado ou qualidade de pobre. 2. A classe dos pobres”. Mas, o que é necessário à vida de um indivíduo pode não ser totalmente necessário a vida de outro, por isso iremos aqui nos atentar as condições sociais e/ou estado de indigência a classe dos pobres, ou seja, aquelas pessoas que não tem as condições básicas para garantir a sua sobrevivência com qualidade de vida e dignidade, iremos falar diretamente da classe social.

Segundo notícia publicada na revista online *Agência Brasil*, cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. A notícia foi baseada em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 – SIS 2017. Num indivíduo em situação de pobreza, a falta de alimentação causa problemas de saúde e esses dois fatores unidos influenciam no aprendizado. Daí a relação direta com a educação. A pobreza no Brasil é um problema que atinge cerca de 28 milhões de pessoas. As Regiões Norte e Nordeste concentram as populações mais carentes no país.

Mas quais seriam as causas desse estado de pobreza? Historicamente falando, por conta do processo colonizador e da escravidão, o território brasileiro sempre foi habitado predominantemente por pessoas pobres. Com o fim da escravidão e o êxodo rural, as cidades não tinham infraestrutura para a chegada de mais gente. Assim, o fenômeno da pobreza se acentuou.

E sobre a educação como podemos conceituá-la? Educação é proveniente do latim, **educare**, **educere**, cujo significado literal é conduzir para fora **ou** direcionar para fora. O termo é composto pela união do prefixo ex(fora) e **ducere** (conduzir ou levar). Falando de forma social, a educação é exercida em comum, entre as pessoas, nos espaços de convívio social, adequando o indivíduo à sociedade através dos grupos dos quais participa. A educação, na sua expressão formal, atinge os espaços escolares, conduzindo o indivíduo da educação básica ao superior, com objetivos

determinados, de modo a propiciar os conhecimentos adquiridos para exercer sua função social e profissional no meio em que foi inserido.

E assim tanto na realização pessoal quanto na profissional o indivíduo deve estar no mínimo em plenas condições para usufruir da educação que é garantida pelo estado segundo o estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), em seu art. 4º:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

No Brasil é recente o direito à educação. Esse surgiu nas últimas décadas do século XX, mas precisamente com o artigo 205 da Constituição federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mas, quando falamos desse direito em relação às camadas mais pobres e marginalizadas como o homem do campo, índios, e até mesmo as mulheres, a concretização do mesmo ainda está em construção, pois essa camada da sociedade em sua maioria, não consegue ter acesso pleno à educação devido fatores sociais de ordem estrutural. O acesso à escola ainda é muito precário nas comunidades mais pobres. Podemos citar os fatores como transporte, localização, a falta de infraestrutura e aí também os problemas de cunho social como o trabalho infantil.

Portanto, ao falamos em educação e relacionamos a mesma com a questão da pobreza, abrimos assim uma discussão na qual muitas nuances estão colocadas no debate. Por exemplo, nos questionamos se a educação é a solução para a pobreza ou se a falta da educação é a causa da pobreza (falando em desigualdade social)? Pois no contexto social o ingresso desigual à educação alimenta a desigualdade com os que têm pouco acesso a uma escola pública de qualidade. Ao refletirmos sobre o papel da educação no contexto social é evidente o que podemos dizer sobre a importância dada a educação na sociedade.

É importante falarmos então também sobre a universalidade da educação, quando abrimos a discussão sobre o direito da mesma. Se temos o direito à educação,



por que essa educação não é a mesma para todos? Sabemos que no Brasil as desigualdades educacionais constituem um problema grave na estrutura socioeconômica, o qual deixa evidente e explícita a questão da pobreza. Não podemos responsabilizar a educação pela erradicação da pobreza, mas podemos lutar por uma educação que dê suporte ao acesso a uma melhor de qualidade de vida. Nesta perspectiva, constitui um desafio articular a universalização com a qualidade:

A educação básica ganhou centralidade, sobretudo, no que concerne garantia de universalização do acesso a educação fundamental (educação obrigatória) [...]. Aliado a expansão do acesso ao ensino obrigatório, novos desafios foram deslindados ressaltando, entre outros, a ênfase na garantia da qualidade de ensino, na educação permanente e na progressiva expansão do ensino secundário com qualidade (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, s/d. p. 15).

A pobreza, a desigualdade social e a educacional são questões tratadas nas políticas públicas através de Planos de Governo, levando como base o Plano Nacional de 2014 o Estado apresenta suas propostas visando o enfrentamento de tais problemas, estipulando metas a serem alcançadas.

Um dos planos da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), traduzido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), é de erradicar a pobreza até o ano de 2030 e nesse plano a educação tem se mostrado claramente como um dos meios principais para o alcance desse objetivo. Conseguindo assim um corte na desigualdade social, fazendo com que seja promovida a cidadania crítica das camadas mais paupérrimas da sociedade. Quando cruzamos a temática da educação e pobreza, passamos também pelas políticas de saúde e assistencialistas, como os programas de transferência de rendas ou de prestação de bens de consumo. Para que esses programas aconteçam no Brasil é preciso que a população beneficiada esteja frequentando o espaço escolar.

Mas não podemos dizer que essa é a total solução para os problemas que envolvem a educação e a pobreza. Esse tema está aí aberto as vistas de todos, mas pouco se é discutido. Quando reconhecemos a existência da pobreza, devemos parar e pensar como vemos a mesma, como enxergamos a camada da sociedade que está inserida nela. Na maioria das vezes, enxergamos a pobreza como carência, falta de oportunidades. Se levarmos essa compreensão para a questão da educação, podemos enxergar que a consequência dessa carência, dessas privações, dessa segregação, repercute sobretudo na aprendizagem. A visão predominante, sobretudo

no senso comum, acredita que as supostas carências intelectuais e morais que os/as estudantes pobres carregam para as escolas decorrem de sua condição de pobreza e, em consequência disso, tendem a rotular e segregar os mesmos, demonstrando assim uma visão cultural e moralista que se encontra inserida a muito tempo em nossa sociedade. Aí passamos por um ciclo vicioso de pensamentos em que a pobreza prejudica o acesso a educação e a falta da educação prejudica a saída da pobreza.

A pobreza tornou-se um assunto discutido dentro do âmbito educacional na educação básica nacional. Ao analisarmos o lema “Educação para todos” sabemos que significa uma educação para a classe pobre brasileira, e com isso o Estado volta-se para uma política assistencialista. Um dos grandes entraves é articular políticas educacionais com as políticas assistencialistas, um país que precisa pagar para que crianças/jovens/adultos tenham acesso à educação e permanência, desvirtua o real papel do educando, da escola e consequentemente do docente. A primeira condição para o não fracasso escolar é a vaga, vencendo esse obstáculo uma vez dentro dela, passamos para a próxima fase que é a permanência nela, a escola é a construção do cidadão nela podemos absorver e doar conhecimentos.

Quando olhamos a educação e a relacionarmos com a pobreza propriamente dita a educação faz um papel de mediadora entre as políticas assistencialistas e a condição de vida, a escola amplia seu papel passando a exercer uma gestão sobre o controle da pobreza, através dos Programas de Governo, como Bolsa família por exemplo e a merenda escolar, o governo passa a subsidiar a alimentação direta e indiretamente dos estudantes.

Não devemos ignorar as privações de condições básicas para se viver de forma digna, a precarização dos corpos, do ser humano. Deve-se, sim, ser levado em consideração quando falamos do pensar, do sujeito intelectual e moral. Nos questionamos se “esses corpos preconizados pela pobreza não interferem no processo educativo?” (ARROYO, 2012, p. 8). Não devemos ver a pobreza como uma identidade e sim como uma condição em que o indivíduo adquire, o pobre pode sim mudar esse estado de ser, por isso ao tratarmos de pobreza devemos voltar nosso olhar diretamente para a desigualdade social. As dificuldades que uma criança pobre enfrenta desde o seu nascimento até a idade escolar fazem com que ela não frequente adequadamente a escola, e isto constitui um desafio para professores, que em sua maioria também trabalham em condições precárias.

Quando o profissional da educação volta seu olhar para compreender a diversidade, para olhar o estudante como pessoa, enfatizando e respeitando suas limitações, refletindo criticamente sobre esse estudante, este profissional tem possibilidades de enfrentar mais adequadamente as implicações das condições de pobreza na realidade educacional de seus alunos. Atualmente vivemos em um período em que os movimentos sociais tentam reverter os processos de segregação, exclusão, seja ela social ou racial, pois sabemos que nosso sistema é excludente em todas as suas formas e maneiras. Sabemos que a educação está inserida nessas formas de exclusão, e com isso o educador também pode ser tratado como vítima ou como promotor da exclusão. Por isso, uma formação de qualidade é primordial para que não haja a reprodução no cotidiano escolar desses atos.

O que se espera da escola, é a transmissão de conhecimentos necessários para a vida. A educação tem como objetivo desenvolver o indivíduo, assegurando uma formação comum indispensável, para uma vida em sociedade fornecendo meios para um bom desenvolvimento no trabalho e estudos posteriores, como uma das formas de superação da pobreza.

### **3. O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DE POBREZA.**

#### **3.1 - Pobreza**

No Brasil, o modelo econômico de concentração de renda deixa evidente as desigualdades sociais e essas desigualdades que são alvos de discursos políticos e intelectuais. Quando tratamos do fenômeno da pobreza baseada no modo de produção capitalista, nos é mostrado uma questão contraditória, por que apesar do capitalismo ter em seu ideal à possível superação pelo desenvolvimento econômico, esta questão encontra – se quase que impossível dada as relações sociais de produção, daí o pensamento do fator derivado do fracasso individual, a não capacidade de promover as necessidades primárias, então entra o papel do Estado que tem no seu âmbito o enfrentamento desse problema de modo que se limite a preservação do mercado consumidor interno, justificando a ordem econômica , e assim mantendo um ciclo vicioso de dependência social , seja através das políticas públicas assistenciais ou dos programas governamentais. Mas não podemos dizer que habitamos um país pobre e sim que vivemos em um país com uma grande população constituídas por pobres, de diferentes especificidades, regionais, a pobreza do homem do campo não é igual ao da vivida na zona urbana, essas diferenças tornam o fator ainda mais complexo. A pobreza está em toda parte do mundo, atinge a população de várias formas, seja de forma direta a parte da população inserida neste contexto, ou de forma indireta através da insegurança da população.

#### **3.2. Educação, currículo e pobreza**

A visão que se tem de currículo é o de um conjunto de componentes curriculares, associando alguns temas em comum com a educação como a aprendizagem as metas as avaliações. Porém, segundo, Sacristán (2013), o currículo é uma ponte entre o sujeito e o mundo, que deve garantir ao aluno a possibilidade de conhecer elementos históricos de construção da pobreza, sua relação com a sociedade e o papel por ela desempenhada na perpetuação da mesma. Isso garante

que o aluno possa reagir e transformar rompendo com o círculo vicioso em que infelizmente nos tornamos elementos.

Relacionar pobreza, currículo e educação não está limitado ao que o professor irá ensinar relacionado a pobreza, mas sim o correto é estabelecer conectores com o que é mais desenvolvido, com o maior nível de aprendizagem acerca do tema ao longo da sua história. Não se ensina Pobreza, se ensina o contexto que leva o indivíduo a se encontrar no estado de pobreza e as consequências que acarretam para os alunos inseridos nessa perspectiva

O papel do professor na execução desse currículo transcende os muros de formalidades pedagógicas. A reflexão sobre escola, currículo e pobreza desperta nos alunos o discernimento sobre como a sociedade é organizada, entendendo o capitalismo e a partir desse entendimento, desvendando o real papel da escola, provocando a formação da conscientização de classe e abrindo espaços para diálogos críticos com a perspectiva de mudança para a superação de classes.

Porém, nos deparamos com a quantidade de conteúdos que não contemplam as reais necessidades dos alunos, primeiramente vem o saciar do capitalismo que prepara o aluno para o mercado de trabalho como meros sujeitos mecânicos sendo transformados em índices e números. E a pobreza? Pobreza essa que o capitalismo mascarará como forma de mudança de status para o mercado de trabalho. A pobreza apresentasse de forma implícita no currículo, dando a sua relevância colocada nas mãos de professores sensíveis não coniventes com as condições socioeconômicas que cercar o mundo dos docentes e dos discentes. Esses docentes carregam a responsabilidades de destacar a pobreza como participante em no currículo escolar, desvendando “a alienação presente nos currículos é um fardo que a escola, no interior da sociedade capitalista, deve encarar” (SALA, 2010, p.95).

A reflexão possibilita o conhecimento e o reconhecimento da presença da pobreza dentro dos muros da escola, essa é a relevância que o currículo deve trazer em seus componentes, e seus impactos na educação escolar, tendo em vista que a pobreza mesmo que de forma mascarada no currículo caberá ao professor trazer relevância de tal assunto, o trabalho educativo defendido por Saviani (2000, p.17) e apontado por SALA (2010, p. 116):

O objetivo da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da

espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.

O objetivo da aprendizagem é seguir sempre o desenvolvimento do aluno, quando o professor ensina não se trata de desenvolver nos alunos a capacidade de aprendizagem e sim de ser valorizado a transmissão de conhecimentos através de uma prática dialógica entre as partes.

#### 4. ESCOLA, INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A exclusão e inclusão sucessivamente estão diretamente ligadas às oportunidades de acesso aos bens culturais e materiais na sociedade. Incluir, portanto, deve significar propiciar o acesso a esses bens. No caso da educação, essa inclusão deve ser propiciada pela escola. O que seria, então, uma escola inclusiva? De acordo com Mantoan,

As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (1997, p.121)

Ao tratarmos a questão da diferença social, nos referindo ao tema “pobreza”, partimos do pressuposto de uma condição financeira inferior à que precisamos para sobrevivência. Uma escola que atenda a alunos inseridos nesse contexto, tende a preocupar –se primeiramente com a alimentação. Crianças mal alimentadas apresentam dificuldades de concentração e baixo interesses pela aula. De acordo com Oliveira (1998 apud CAVALCANTI, 2009, p. 19):

O consumo alimentar inadequado, por períodos prolongados, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência as infecções e maior suscetibilidade a doenças.

Uma criança em desenvolvimento requer cuidados e cabe também a escola exercer esses cuidados. Sabemos que muitas crianças, muitas vezes, só dispõem da alimentação escolar. Para isso foi criado dentre outros o “Programa Nacional de Alimentação Escolar”, o qual:

Oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica

pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (PNAE, 2017)

Tal política vincula o recebimento dessa quantia a educação como “solução” para erradicar a pobreza e os altos índices de analfabetismo em um único programa. Outro programa voltado a esta questão é o “Bolsa Família”, que está que está previsto pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. O referido documento aborda que:

O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais:

**Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.

**Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

**Importante** — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

**Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Desde 2011, o Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo.

Esses eixos e o real objetivo do bolsa família exigem muito esforço do Município, pois todas as ações devem estar integradas, visto que departamento ou secretaria municipal isoladas, não possuem capacidade de gerir resultados como estes apresentados. O real objetivo deste programa seria articular a educação com a pobreza. Será que os valores pagos a essas famílias estão garantindo a permanência de alunos na escola ou apenas forçando sua permanência diante de frequência que devem ser comprovadas?



Silvia e Silvia, Yazbek e Giovani abordam a crença de que a principal causa de pobreza no Brasil é a desigualdade da distribuição de renda. De acordo com os autores:

À redução da pobreza perpassa outros fatores e apontam como alternativas a ampliação da inserção de jovens no sistema de educação e articulação no sentido mais amplo de políticas públicas de geração de emprego e redistribuição de renda planejadas e executadas com seriedade. (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007, p.202)

É fato que a pobreza acarreta influencia na aprendizagem escolar. Mas não é a única responsável. Os problemas existentes dentro da escola são muito mais complexos. As políticas educacionais de assistência que buscam garantir a permanência não atendem satisfatoriamente as necessidades da educação básica. De acordo com Gentili (2005, p. 11):

A maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional. Crianças vindas de famílias pobres são, em geral, as que têm menos êxito, se avaliadas através dos procedimentos convencionais de medida e as mais difíceis de serem ensinadas através dos métodos tradicionais. Elas são as que têm menos poder na escola, são as menos capazes de fazer valer suas reivindicações ou de insistir para que suas necessidades sejam satisfeitas, mas são, por outro lado, as que mais dependem da escola para obter sua educação

Enfrentar a pobreza, na perspectiva de assegurar o direito à educação, significa refletir também sobre as principais contribuições que o professor pode oferecer, levando em conta as habilidades e limitações para aprendizagem mesmo em condições de pobreza escolar, a fim de minimizar o problema da falta de condições básicas necessárias para a aprendizagem escola, tanto das crianças, quanto das escolas.

## **5. ANALISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS**

Neste capítulo, passamos a apresentar os dados empíricos do nosso estudo, a partir dos dados coletados na escola que serviu de campo de investigação. Iniciamos pela apresentação do contexto no qual se deu a investigação e que constituiu o universo da pesquisa: o distrito de Forte Velho, em Santa Rita, e a Escola Municipal Eulina Xavier, nele localizada.

### **5.1. O universo da pesquisa**

O distrito de Forte Velho pertence ao município de Santa Rita, Estado da Paraíba, no nordeste brasileiro, formado pelas comunidades de Forte Velho (sede), Ribeira, Capimaçu e Tambauzinho. Primeiro local onde os portugueses aportaram no estado, no período colonial em meados do século XVI, surge então a Paraíba com a construção do forte de São Felipe e São Tiago em 1584, a segunda construção foi o Mirante do Atalaia, que servia de ponto de observação nas defesas das terras em torno do estuário do Rio Paraíba.

Antes da conquista, os habitantes eram os índios potiguaras. Nesta época, a costa da Paraíba estava sendo visitada pelos franceses que, aliados aos potiguaras, extraíam o pau-brasil. Preocupados com as ações francesas, a coroa espanhola que detinha o poder sobre Portugal devido a tríplice Aliança, designou o general espanhol Diego Florez de Valdés, para fundar a Vila de Forte Velho, e em virtude disso ele dotou Forte Velho de uma alcaidaria (prefeitura) e confiou a feitoria — antes de se retirar para a Europa — aos cuidados do capitão de infantaria Francisco de Castejón, seu patrício.

Forte Velho está localizado ao Norte do Município (Distrito de Livramento), à margem esquerda do Rio Paraíba, fazendo parte de um complexo paisagístico, onde se destacam o estuário, a Ilha da Restinga, Praia de Costinha, Ilha do Stuart, Ilha dos Porcos, Ilha Tiriri, Ilha da Santinha, Ilha Felix de Belli e as praias fluviais de Forte Velho, da Ribeira, Tambaúzinho e do Jacaré.

O rio Paraíba e seu afluente Sanhauá serviram como rota de navegação das quatro expedições marítimas que objetivaram fundar a Capitania da Paraíba e a sede definitiva, Nossa Senhora das Neves, em 1585, hoje, João Pessoa.



**FIGURA 1 MIRANTE ATALAIA**

Com uma população de pouco mais de 1200 habitantes , originalmente coberta de florestas de Mata Atlântica, a região sofreu com a derrubada de sua cobertura vegetal, em virtude dos séculos de povoamento e uso da terra para a agricultura, principalmente plantações de cana-de-açúcar, frutas e mandioca. Atualmente, sua economia continua baseada na agricultura e extrativismo (pesca, coleta de crustáceos) nas comunidades ribeirinhas e de sítios, no centro temos o comércio, e a exploração do turismo.



**FIGURA 2 ESTUÁRIO DE RIO PARAÍBA FORTE VELHO**

Dotado de uma beleza exuberante o distrito de Forte Velho ainda detém de uma herança cultural deixada pelos primeiros negros que lá habitaram: o tradicional “coco-de-roda”. O folguedo é atração nos festejos locais como casamento, aniversários, batizados e festas juninas. Em suas apresentações, o grupo sempre

finaliza com a dança da ciranda, que está também atrelada à manifestação da cultura popular:

“Eu vim dançar coco de roda  
Zabumba de corda e ganzá  
A menina de Forte Velho  
Cai na roda pra se acabar...”

No distrito, temos duas escolas municipais, uma localizada na Ribeira e outra em Forte Velho, além de uma estadual e de uma creche. O nosso objeto de estudo foi a escola Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Eulina Xavier, que está situada a Rua São Sebastião, S/N, Zona Rural , Forte Velho – Santa Rita – PB. A mesma funcionou por mais de 60 anos em conjunto com a a escola Estadual Estadual de Ensino fundamental e Médio de Forte Velho. Não tinha sede propria E nem oferecia a educação infantil e nem os anos iniciais do ensino fundamental. Era denominada Escola Municipal de Forte Velho, funcionava com salas multiseriadas no horário da manhã. Só no ano de 2014 é que foi entregue, depois de muitos pedidos da comunidade, o prédio onde hoje funciona a escola, e também com isso foram extintas as salas multiseriadas.O nome dado a escola é em homenagem a primeira professora registrada do povoado: a filha do maior proprietário de terras de lá. A mesma conseguiu criar a escola municipal e exerceu o magisterio na comunidade por mais de 40 anos segundo relatos, falecendo no ano de 2001.

Atendendo a crianças de todo o distrito, a escola possui 106 alunos, distribuídos nas seis turmas. O seu horário é adaptado aos dos professores. As aulas começam as 08:00 e vão até as 11:20, devido o horário da lancha, pois a maioria dos professores são de Cabedelo e João pessoa e trabalham em outras instituições. Isso acontece porque o meio de transporte mas rápido é pelo rio, com duração em média de 35 minutos de travessia e só sai de duas em duas horas. O horário é apertado, mas antes não existia estrada de boa qualidade, com uma saída direta para Santa Rita. Só no ano de 2016 é que foi aberto uma rodovia. Na comunidade não existe hospital, mas apenas uma unidade básica de saúde da família. Até o ano de 2016, esse distrito ficava isolado. Depois das sete horas da noite, ultimo horario da lancha, em caso de doença, as pessoas tinham que se arriscar atravessando o rio em canoas para serem atendidas em Cabedelo ou na Capital.

Antes de iniciar a descrição física e do pessoal da escola, é preciso frisar que todas as informações descritas nesta parte do TCC foram extraídas e adaptadas do

Projeto Político-Pedagógico da escola estudada. O referido Projeto foi desenvolvido no ano 2017, sendo que em 2018 não foi atualizado e só agora em 2019 está em processo de atualização.

A Escola Municipal Eulina Xavier, funciona com um total de 18 funcionários, sendo eles assim distribuídos:

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>GESTOR</b>	01
<b>SUPERVISOR</b>	01
<b>PROFESSORES</b>	06
<b>AUXILIAR DE SALA</b>	01
<b>SECRETARIO</b>	01
<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>	02
<b>INSPETOR</b>	01
<b>MERENDEIRA</b>	01
<b>AUXILIARES DE SERVIÇO</b>	04
<b>TOTAL</b>	18

FONTE: Secretaria da Escola

No tocante às dependências físicas, a escola conta com as seguintes instalações:

<b>DEPENDENCIAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>SALAS DE AULA</b>	06
<b>SALA DE DIRETORIA</b>	01
<b>SALA DE PROFESSORES</b>	01
<b>COZINHA</b>	01
<b>BIBLIOTECA</b>	01
<b>BANHEIRO</b>	02
<b>SALA DE SECRETARIA</b>	01
<b>DESPENSA</b>	01
<b>PÁTIO COBERTO</b>	01
<b>ÁREA VERDE</b>	01

FONTE: Secretaria da Escola

Em termos de equipamentos, a escola dispõe destes, discriminados abaixo, conforme a quantidade:

<b>EQUIPAMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>TV</b>	06
<b>DVD</b>	01
<b>COMPUTADOR</b>	01
<b>IMPRESSORA</b>	01
<b>APARELHO DE SOM</b>	01
<b>CAMERA FOTOGRAFICA/FILMADORA</b>	02

FONTE: Secretaria da Escola

O PPP da referida escola foi construído na perspectiva de um trabalho colaborativo, de reflexões e decisões da comunidade escolar, alicerçado em princípios democráticos de responsabilidades, com a missão de assegurar um ensino de qualidade. A gestão é constituída também por um conselho escolar, sendo a comunidade escolar formada por filhos de trabalhadores rurais, pescadores e pequenos comerciantes e alguns funcionários públicos de pouca escolaridade, porém de uma boa consciência da importância da escolarização de seus filhos.

O calendário escolar funciona de acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita. Não existem mudanças específicas. As formações continuadas dos docentes são ministradas em Santa Rita. Não existem parcerias e a escola só dispõe dos recursos públicos para seu funcionamento. Os programas complementares de escolarização, como o “Mais Educação”, estão suspensos. A escola não possui um projeto voltado diretamente para a população rural, com práticas inovadoras e nem um currículo voltado para isso.

## **5.2. A discussão dos dados**

Para a coleta de dados neste estudo, utilizamos um questionário aberto dirigido ao corpo docente da instituição, a quem chamamos, genericamente, de “professor”, sendo nomeados do número um ao seis. O instrumento utilizado foi dividido em duas partes, em que a primeira parte é composta por dados sociodemográficos (idade,

sexo, grau de escolaridade, a função que exerce no local e há quanto tempo). A segunda parte composta de 8 questões de caráter subjetivo voltados para a problemática educação e pobreza. Os professores respondentes foram informados sobre o caráter voluntário de suas participações e de seu anonimato e garantia de sigilo de suas respostas.

Ao levarmos em consideração o ponto de vista dos sujeitos entrevistados, analisaremos os seus olhares para com o alunado, a comunidade e a escola. Dessa forma, transmitiremos a representação social do sujeito para como ele pensa sobre situações concretas da comunidade. De tal maneira que possamos compreender que a educação é um processo ininterrupto que se desenvolve desde o ambiente familiar, estendido – se ao social.,

Quando falamos diretamente de educação do campo temos no seu histórico um modelo hegemônico de exclusão da escolarização dos sujeitos do campo e da presença de uma escola precária e descontextualizado da realidade (SILVA, 2011). Essa realidade bem notada na comunidade, devido as condições citadas anteriormente no texto.

(...) o pesquisador precisa ter bem claro o seu objetivo de pesquisa, como ele se coloca, como ele está problematizado, quais as hipóteses que está levantando, para resolver o problema, com que elementos teóricos pode contar, de quais recursos instrumentais dispõe para levar adiante a pesquisa e quais etapas pretende percorrer (SEVERINO, 2007, p. 129).

Abaixo, passamos a transcrever as respostas, seguidas do esforço de análise, a partir do confronto com os elementos buscados na nossa discussão teórica. Iniciamos com a primeira questão, que abordou a percepção acerca da pobreza e de suas causas, por parte dos professores.

<b>Questão 1- Para você, o que é pobreza e quais as suas causas:</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Pobreza é a falta de condições para se manter na sociedade, privada de alimentação de renda. As causas são o crescimento demasiado da população e a falta de políticos públicos assistencialistas.
<b>PROFESSOR 2</b>	É um estado de miséria que causa sofrimentos por insuficiência de alimentação, saúde, recursos econômicos e carência social. Fatores políticos, econômicos, sociocultural, dentre outros.
<b>PROFESSOR 3</b>	Falta de dinheiro e não condições necessárias à subsistência, Falta de emprego condições de vida, Falta de estudo.

<b>PROFESSOR 4</b>	É a falta de renda que possibilita o mínimo de atividade social. Cada um sofre pois quase inexisti políticos voltados aos carentes.
<b>PROFESSOR 5</b>	Falta de trabalho para melhorar a situação financeira.
<b>PROFESSOR 6</b>	Pobreza, para mim, é carência de alguma coisa. É carência de algo. Se tratando da pobreza do país, a maior causa é a do desemprego.

Na análise da primeira questão, observamos uma homogeneidade entre os professores, caracterizando de forma clara, que, na visão dos mesmos, pobreza é a carência de algo, a falta de oportunidade e condições financeiras. Segundo o **professor 1**, esse fato se deve ao crescimento demasiado da população, e a fatores políticos concordando, nesse aspecto, com os professores **2,3 e 4**. O **professor 3**, por sua vez, ao lado dos de número **5 e 6**, destaca a questão do desemprego. Percebe-se, de maneira geral, que as respostas indicam uma compreensão da pobreza como decorrente de razões de natureza estrutural. Na questão seguinte, indagamos dos professores acerca de sua percepção acerca da pobreza, no contexto da comunidade onde vivem, solicitando que indicasse as carências que expressam essas condições de pobreza.

<b>Questão 2 - Como você descreveria as condições de pobreza nesta comunidade? Quais as suas principais carências:</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Pouco recursos para auxiliar os professores. As crianças que moram distante não tem acesso a transporte. O descaso das famílias.
<b>PROFESSOR 2</b>	Descrevera como a falta de instrução e valores predominantes na comunidade. A principal carência é a educação.
<b>PROFESSOR 3</b>	A falta de interesse pelo estudo
<b>PROFESSOR 4</b>	Sobrevivência da pesca e colheita de produtos como: Coco, cana e etc. Carecem de saneamento básico, apoio local e emprego.
<b>PROFESSOR 5</b>	As condições de pobreza neta comunidade é a falta de trabalho.
<b>PROFESSOR 6</b>	Não vejo tanta pobreza do pão, aqui nessa comunidade. Alguns desempregados, alguns assalariados.

A visão acerca das condições de pobreza na comunidade, bem como de suas causas, apresenta várias opiniões divergentes. O **professor 1** acredita que tais



condições são causadas pela falta de recursos para seu trabalho em conjunto com o descaso familiar, não citando a problemática da comunidade. Já o **professor 2** fala da falta de instrução e valores da comunidade e aponta a educação como sendo a principal carência. O **professor 3** não apresenta sua visão das condições de pobreza, mas sobre as causas da mesma, mencionando a falta de interesse pelo estudo. Percebe-se aqui, uma visão moralizante da pobreza, tal como a descreve Martins (1997), que tende a atribuir a responsabilidade pela mesma ao próprio indivíduo.

O **professor 4** reporta-se à realidade da comunidade que sobrevive da pesca e da agricultura e vê como principal causa da pobreza a falta de emprego, que se alimenta ainda das precárias condições de existência, como falta de saneamento básico e de apoio cultural. O **professor 5** também refere-se à questão da falta de trabalho. O **Professor 6**, por sua vez, distoa dos demais e não vê a comunidade como pobre. Na questão seguinte, buscamos explorar a visão dos professores acerca da relação entre pobreza e o contexto rural.

<b>Questão 3 - Você considera que fato de pertencer a uma comunidade rural (do campo) agrava ou não as carências e condições de pobreza nesta comunidade?</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Sim! Diante da falta de infraestrutura e de repasse ser limitado prejudica diretamente as condições para exercer o trabalho de maneira significativa.
<b>PROFESSOR 2</b>	Com certeza agrava, pois, a dificuldade de acesso influencia muito em vários aspectos.
<b>PROFESSOR 3</b>	Não, o que ajudaria na minha concepção é a falta de interesse pelo estudo.
<b>PROFESSOR 4</b>	Sim, pois os políticos responsáveis concentram as realizações do seu projeto, principalmente na cidade polo, deixando os distritos esquecidos.
<b>PROFESSOR 5</b>	Na minha condição não, mesmo morando na zona rural não me atingiu em nada.
<b>PROFESSOR 6</b>	Não. Sou muito otimista, sou muito sonhadora e acredito, que de mãos dadas, superaremos as dificuldades e transformaremos quaisquer dificuldades em esperanças... Usaremos as pequenas e grandes pedras, para construirmos nossos castelos, tão sonhados.

Nesta questão, as respostas se dividiram de forma equitativa entre professores. Os **professores 1, 2 e 4** consideram sim que o fato da comunidade ser inserida em área rural é um agravante para a existência dessas carências e condições de pobreza.

Aqui, lembramos do que diz o artigo 205 da Constituição Federal: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. Entretanto, a educação pública não chega de forma igualitária para todos. Quando falamos do quesito, campo, quilombo, populações ribeirinhas, essas em sua maioria sofrem com as dificuldades e descaso. Essas dificuldades são citadas pelos professores, como a questão política mencionada pelos **professores 1 e 4** e o **professor 1**, que nos fala da falta de infraestrutura e do repasse financeiro que prejudica o trabalho pedagógico. Já o **professor 4** nos traz a questão de projetos políticos que, em sua maioria, são concentrados nas cidades e não nos distritos. Embora não tenha sido unânime, entendemos que no caso da realidade do campo, esta constitui sim um agravante para essas carências o difícil acesso, a falta de saneamento, a falta de oportunidade de emprego, entre outros.

Os outros três professores não acreditam que tais dificuldades ocorram pelo fato da comunidade estar inserida no campo. O **professor 3** cita como exemplo o problema de interesse pelo estudo, repetindo o viés moralizante sobre a questão. O **professor 5** diz não perceber diferenças em relação ao fato da comunidade estar situada em área rural. O **professor 6**, por sua vez, fala de não observar essas dificuldades, mas se contradiz quando diz que acredita na superação e transformação dela. A questão seguinte abordou as possíveis repercussões das carências e condições de pobreza na vida escolar das crianças.

<b>Questão 4 - Na sua opinião, estas carências e condições de pobreza têm alguma repercussão na vida escolar das crianças? Quais</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Sim! Na falta de alimentação adequada, de materiais escolares prejudica diretamente o aprendizado. Uma criança sem alimentação balanceada não haverá concentração. Da mesma forma a falta de material escolar dificulta o aluno assimile os conteúdos!
<b>PROFESSOR 2</b>	Sim! Na medida que falta alimentação, moradia, saúde, etc. Consequentemente baixa a aprendizagem escolar refletindo no âmbito escolar.
<b>PROFESSOR 3</b>	Nesta comunidade não tem tanta carência o maior problema é a falta de interesse pela escola, e a falta de dos pais presentes na escola.
<b>PROFESSOR 4</b>	Sim, na alimentação, na educação disciplinar e na qualidade da educação.
<b>PROFESSOR 5</b>	Não

<b>PROFESSOR 6</b>	Sim. Toda Carência, implica numa representação, ou, em algumas repercussões: Apatia, desânimo, desmotivação.
--------------------	--

Quando indagados se as condições de pobreza têm alguma repercussão na vida escolar das crianças, a maioria dos professores concordou que sim. Os **professores 1,2 e 4** apontam a alimentação como o principal fator. O **professor 6** vai mais além e identifica nos alunos os sintomas da pobreza como sendo a apatia, o desânimo e a desmotivação, enquanto consequências que uma má alimentação pode acarretar. Arroyo e Silva (2012) já nos chamaram a atenção acerca dos corpos precarizados pela pobreza, que interfere no processo educativo, questionando o currículo e a nossa ética profissional, como um corpo precisando das necessidades básicas poderá produzir intelectualmente. O **professor 2** acrescentou que a pobreza também repercute na qualidade da educação e na disciplina.

Dois professores, entretanto, responderam de forma contrária (**professor 3 e professor 5**), alegando que as crianças daquela comunidade não são necessariamente carentes e que o maior problema é a falta de interesse dos alunos e o acompanhamento dos pais. Vê-se, que nessas respostas, a responsabilidade pelo desempenho escolar é passada para a criança e sua família.

A questão 5 tratou da identificação, pelos professores, das dificuldades mais comuns no processo de ensino-aprendizagem, entre os alunos da escola pesquisada. Veremos as respostas abaixo e sua discussão.

<b>Questão 5 - Que dificuldades são mais comuns no processo de ensino-aprendizagem com as desta comunidade?</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Principalmente a omissão familiar que influência diretamente no aluno. A falta de gestores capacitados.
<b>PROFESSOR 2</b>	Falta de educação familiar, acompanhamento dos pais, interesse dos alunos, falta delimites.
<b>PROFESSOR 3</b>	A falta de acompanhamento dos pais .
<b>PROFESSOR 4</b>	A falta de especialista para atender os casos especiais específicos Apoio através de material.
<b>PROFESSOR 5</b>	A falta de interesse de cada um
<b>PROFESSOR 6</b>	As dificuldades mais comuns no processo de ensino, aprendizagem, são; Educação doméstica! A má educação, os maus costumes, a falta de limites dos alunos pela falta de autoridade e compromisso dos pais.

Partindo agora para as questões pedagógicas , perguntamos aos entrevistados quais seriam as dificuldades mais comuns no processo de ensino-aprendizagem. Para o **professor 1**, a principal dificuldade seria a omissão familiar. As famílias matriculam as crianças, mas em sua maioria não participam do processo educacional delas, seja no ambiente escolar ou até mesmo em casa. O professor numero 2 nos traz a problemática familiar de maneira diferenciada, pois o mesmo acredita que a educação familiar seja o agravante. A questão de falta de limites aparece também indicada pelos professores 2 e também pelo 6. Percebe-se aqui que a questão não foi entendida com muita clareza pelos professores, já que o que se pretendia era a identificação de dificuldades relacionadas ao processo de ensino aprendizagem. Isto fica ainda mais evidente, nas respostas dos **professores 1 e 4**. O **professor 1** expõe a questão da falta de gestores capacitados e o 4 de leva para a questão da falta de profissionais especializados. De todo modo, apesar da não compreensão do que indagava a questão,, é importante lembrar que:

sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida (PINZANI; REGO, 2016, p.25).

<b>Questão 6 - Você considera que estas dificuldades podem ter relação com as condições de pobreza destas crianças? Por que?</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Sim! A educação é uma abertura para o mundo de descobertas e conhecimentos. Se a família não tem um nível de escolaridade ou pobreza, não incentiva os seus filho.
<b>PROFESSOR 2</b>	No desenvolvimento cognitivo, social, humano, afetivo,
<b>PROFESSOR 3</b>	Não
<b>PROFESSOR 4</b>	Porque basicamente os gestores do município têm muito pouco para as pessoas em estado de pobreza.
<b>PROFESSOR 5</b>	Não considero
<b>PROFESSOR 6</b>	Não. É falta mesmo de reponsabilidade compromisso dos pais, na educação dos filhos.

Quando tratamos, no questionário, da relação entre as dificuldades de ensino e aprendizagem e sua relação com as condições de pobreza, os professores estão

divididos: três acreditam que sim e os outros três que não. Entretanto, mais uma vez percebemos uma compreensão não ,muito clara acerca do que indagou a questão. Os **professores 1, 2 e 4** justificam suas respostas apontando a necessidade da educação para a melhoria de vida. Apenas o professor 2 fala da questão do desenvolvimento cognitivo, social, humano, afetivo. O **professor 4** abre a discussão para o campo político, afirmando que o poder público historicamente não tem dado muita atenção as pessoas em estado de pobreza. Podemos assim dizer que as crianças inseridas no contexto de pobreza analisadas neste trabalho sofrem dificuldades de aprendizagem e se enquadram no grupo de marginalizados pela sociedade. Uma criança pobre, do campo, com pais que não participam da vida educacional, com educadores não preparados para trabalhar a realidade campesina e nem tão pouco da pobreza, só pode mesmo enfrentar tais dificuldades a todo momento em toda sua história. Já entre os professores que opinaram pelo não, só um o **professor 6** que justificou sua resposta, enfatizando que a maior dificuldade observada pelo mesmo é a falta de compromisso dos pais. A questão 7 inquiriu os professores acerca de como procuram enfrentar as dificuldades em sala de aula.

<b>Questão 7 - Como você procura lidar com essas dificuldades em sala de aula?</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	Por vezes retirando do bolso para aquisição de material que irá me da suporte em sala,. Sondagem dos alunos que se alimentaram. Não a muito o que fazer.
<b>PROFESSOR 2</b>	
<b>PROFESSOR 3</b>	É difícil, mas faria o que posso, pois é muito difícil XXXXX , mas sempre que possível faria reuniões para conscientiza-lo.
<b>PROFESSOR 4</b>	Trabalhamos com pouco e substituímos essas carências com atenção, dedicação, usando matérias reciclável nos projetos voltados à melhoria do ensino.
<b>PROFESSOR 5</b>	Eu Prefiro lidar normalmente
<b>PROFESSOR 6</b>	Coletivamente, com a participação dos docentes e de todos que fazem a escola, nos damos as mãos e organizamos pequenos projetos de intervenção, para melhorar nosso ensino, garantindo assim, uma melhor aprendizagem .

Sobre como os professores procuram lidar com as dificuldades enfrentadas analisaremos um a um, tendo como pressuposto as palavras de Saviani: “o objetivo da educação diz respeito, de um lado á identificação dos elementos culturais... e de

outro concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (2013, p. 13).

O **professor 1** nos apresenta a problemática do tentar fazer por si só, tirando do seu próprio salário para as compras de material didático para a turma, para ter um melhor suporte em sala. Explica que também sonda a questão da alimentação e finaliza dizendo que não tem muito a fazer. O **professor 2** afirma mostrar a importância dos estudos aos alunos e acrescenta que que tentar elevar a autoestima dos alunos, mostrando o quanto é importante estudar para melhorar as condições de vida. O **professor 3** também acredita no diálogo e enfatiza que através da conversa pode sim tirar conquistas, conscientizar as crianças. O **professor 4**, embora reconheça que o que se tem é pouco, afirma que isso não impede o trabalho educacional e cita como exemplo o trabalho voltado para uma educação sustentável, ressaltando a dedicação e atenção dos professores com as crianças como sendo uma alternativa para suprir essa carência. O **professor 5**, em suas breves palavras, diz que prefere lidar normalmente com as dificuldades, pois o mesmo deixa enfatizado no seu questionário que não observa carências nem muitas dificuldades nessa comunidade. Já o **professor 6** acredita no trabalho em equipe e fala de projetos de intervenção para a melhoria do ensino e da aprendizagem, ou seja, propõe adaptações no currículo. Isto vai na linha do que propõe Sacristán (2013), que vê o currículo como uma ponte entre o sujeito e o mundo, que deve garantir ao aluno a possibilidade de conhecer elementos históricos de construção da pobreza. Por fim, a questão 8 indagou acerca do papel da escola no enfrentamento das dificuldades.

<b>Questão 8 - Na sua opinião, qual deve ser papel da escola no enfrentamento das condições de pobreza dos alunos?</b>	
<b>PROFESSOR 1</b>	De grande valia. A escola tem papel social importante. Uma gestão democrática participativa ajudaria pois toda a comunidade ajudaria a escola.
<b>PROFESSOR 2</b>	
<b>PROFESSOR 3</b>	Não seja aqui na escola essa pobreza mas na casa houvesse. Teríamos que fazermos ações sociais.
<b>PROFESSOR 4</b>	Usar bem os recursos reciclados do governo federal, promover encontro de conscientização dos direitos com os pais em reuniões escolares.
<b>PROFESSOR 5</b>	Ajudando como posso

<b>PROFESSOR 6</b>	Como já deu para entender, a pobreza do pão, em nossa comunidade é mínima. Ela se compõe , de pescadores, pedreiros, funcionários públicos, alguns desempregados , mas é uma comunidade, ainda organizada e cheia de sonhos.
--------------------	--

Sobre este aspecto, Gentili ( 2005, p 11) afirma que “a maneira como a escola trata a pobreza constitui uma avaliação importante do êxito de um sistema educacional”.

Para o **professor 1**, a escola tem um papel social importante, isto é fato. Destaca, porém, a necessidade de uma gestão democrática, acreditando que a comunidade inserida nas atividades escolares de forma participativa, o objetivo almejado seria alcançado de forma mais igualitária. O **professor 2** fala de uma escola além das salas de aula. O professor 3 em suas outras respostas já deixou claro que não observa a situação de pobreza na comunidade em geral e nos demonstra uma opinião que gera ambiguidade, pois fala que se houvesse situação de pobreza seria papel da escola fazer ações sociais. O **professor 4** nos leva a debater sobre o bom uso dos recursos federais destinados as escolas e volta a lembrar sobre debates e conversas entre a família e a escola.

Os **professores 5 e 6**, respectivamente, falam que ajudam como podem, fazendo o que está ao seu alcance. O professor número 6 como não acredita em uma realidade de pobreza na comunidade, não fala de nenhum papel social da escola.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões e registros citados nesse trabalho, buscamos construir um pensamento voltado para a problemática da relação entre educação e pobreza no atual contexto educacional vivido no Brasil, tendo como referência a realidade da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Eulina Xavier

A construção desse TCC surgiu da preocupação de como a escola do campo enfrenta tais dificuldades. Após quase duas décadas de programas sociais ligados diretamente a educação, é evidente a necessidade de uma compreensão da relação entre Educação e Pobreza. O direito a educação coloca o ser humano em pauta para a conquista dos grandes valores da vida e de sua formação. Mas com esse direito garantido apenas na lei, não se pode dizer que estas conquistas serão alcançadas em sua totalidade e quando o indivíduo está inserido no contexto de marginalização da sociedade fica ainda mais difícil atingir esse patamar de igualdade.

Ao longo deste trabalho, questionamos as condições de pobreza e suas implicações na vida escolar das crianças da comunidade do distrito de Forte Velho, em especial as que estudam na Escola Eulina Xavier. Nos deparamos com crianças e educadores cheios de sonhos, de conseguir através da educação a mudança da realidade ali vivida. Pensar em como o olhar do educador brasileiro, em especial os pesquisados, se comporta diante desse estado de pobreza nos trouxe ao pensamento a realidade de como a educação e práticas pedagógicas realizadas na educação do campo não estão voltadas diretamente para esta situação.

É preciso que ainda haja transformação na comunidade, em especial na comunidade escolar, com trabalhos sociais, com a valorização da cultura, de conscientização das famílias e, principalmente, de nossos representantes para com as populações do campo.

A experiência vivida nos dias de pesquisa fez com que pudessemos vivenciar uma realidade pedagógica diferente da nossa e, como pudemos analisar os contrastes educacionais que ocorrem na realidade campo – cidade, acreditamos sim na mudança e melhoria da nossa educação. Esperamos que esta pesquisa contribua para voltar o olhar de pesquisadores, educadores e gestores públicos para estas condições vivenciadas em comunidades do campo.



## REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da (Org.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Portal do Planalto – Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 21 JAN. 2019;

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. 2001. Portal do Planalto – Presidência. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 27 ago. 20187.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensivo**, artigo a artigo. 19. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes,2012.

CAVALCANTI, Leonardo de Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis**. Tese de Mestrado, 2009, Brasília. Acesso em: 20 Jan 2019

DOURADO, Luiz Fernandes. OLIVEIRA, João Ferreira. SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: MEC/INEP. Disponível em:<[http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4\\_leitura2.pdf](http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala4_leitura2.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2019.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

DAYRELL, Juarez T. A Educação do aluno trabalhador:uma abordagem alternativa, Educação em Revista. B.H.(15):21-29. Jun 1992.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989 .p 15. GENTILI, P. **Educar na esperança em tempos de desencanto** / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANTOAN, Maria T. E. **A Inclusão Escolar de Deficientes Mentais: Contribuições Para o Debate**. Integração, Brasília-DF, n. 19, p. 50-57, 1997.

MOTA, Ana Elisabete. **Cultura da crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas; 2015. [acesso em 03 jul 2017]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>

PINZANI, Alessandro; REGO, Valquíria L. **Pobreza: um conceito complexo e multifacetado**. In: Catálogo de Materiais do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo I: Pobreza e Cidadania. Brasília, 2015.

NOVENA, Nadia Patrizia. **Pesquisando as Narrativas da Sexualidade na Organização Escolar: Formulação do Problema e Adequação dos Procedimentos Metodológicos na Pesquisa Qualitativa**. In: FARIAS, Maria de Salete Barbosa de. WEBER, Sike. (Orgs). **Pesquisas Qualitativas nas Ciências Sociais e na Educação**: Propostas de análise do discurso. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2008.

PARO, Vitor Henrique. 1945. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PNAE **Programa Nacional de Alimentação Escolar**<<https://www.fnnde.gov.br/programas/programassuplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>> Acesso em 20jan.2019,

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SALA, Mauro. **Alienação e Emancipação na transmissão do conhecimento escolar: um esboço preliminar**. In: MARTINS, Lígia Márcia; DUARTE, Newton (Orgs). **Formação de Professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: UNESP. 2010.

SAVIANI, Demerval. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul.- set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>. Acesso em 04 Mai. 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XX: a prevalência dos programas de transferência de renda**. – 3ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

YANNOULAS, S. C. Apresentação. In: YANNOULAS, S. C. (Coord.). **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação** multideterminada Brasília: Liber Livro, 2013. p. 11-25. Disponível em: <[http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc\\_RelatorioFinalAtividades2013\\_Anexo12\\_Livro.pdf](http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc_RelatorioFinalAtividades2013_Anexo12_Livro.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2019.